



## **Experiência crítica dentro da produção do conhecimento: fazer ciência em contextos históricos, socioeconômicos e nacionais**

Marcelo Micke Doti<sup>1</sup>

**Resumo:** abordar a experiência crítica dentro da produção de conhecimento é deslindar problemáticas históricas e espaciais: o fazer ciência transforma-se, as condições de trabalho do produtor de conhecimento também e a formação socioeconômica e cultural na qual ocorre a produção é impactada por determinantes como políticas públicas entre tantos outros fatores. Por isso uma primeira problematização neste artigo é a ciência e seu fazer, a práxis da ciência. Esta ocorre em contextos sociais específicos, formações socioeconômicas, culturais e políticas chamadas países e suas diferentes formas de lidar com a ciência, com o mundo acadêmico, o conhecimento e o mundo do trabalho. Em seguida analisa-se as transformações do mundo do trabalho, o significado da expressão e as principais transformações ocorridas como as mudanças produtivas, gerenciamentos empresariais financeiros em detrimento da produção e os resultados para o trabalhador em termos de insegurança social: insegurança tanto para estudantes e o sentido de educação, como também para o produtor de conhecimento como trabalhador. Posteriormente enfoca-se a produção de conhecimento como trabalho e sua degradação, bem como degradação do estudante como parte da produção do conhecimento: como formando e futuro produtor/trabalhador. Neste horizonte epistêmico surge a vulnerabilidade social como processo não simplesmente psicológico, mas parte da dinâmica da valorização do capital no mundo do neoliberalismo e no Brasil especialmente. Por fim, em forma de conclusão, o artigo realça a questão da produção do conhecimento científico resultando de produtores do conhecimento. Em outros termos, impossível especificar a produção do conhecimento sem entender os produtores do conhecimento e todo o mundo do trabalho por ele envolvido (discentes, docentes, pesquisadores) e as condições sociais e econômicas para tal produção. Isso requer entender dinâmicas dos investimentos e valorização do capital em ciência bem como as condições brasileiras.

**Palavras-chave:** Produtor do Conhecimento; Ciência e História; Neoliberalismo; Condições Brasileiras; Geopolítica do Neocolonialismo Científico.

**Abstract:** addressing the critical experience within the production of knowledge is to unravel historical and spatial issues: doing science is transformed, the working conditions of the knowledge producer also and the socioeconomic and cultural formation in which production takes place is impacted by determinants such as public policies among so many other factors. Therefore, a first

---

<sup>1</sup> Fatec de Mococa (RJ); [marcelo.micke@uol.com.br](mailto:marcelo.micke@uol.com.br) e [marcelo.doti@fatec.sop.gov.br](mailto:marcelo.doti@fatec.sop.gov.br)

problematization in this article is science and its doing, the praxis of science. This takes place in specific social contexts, socioeconomic, cultural and political formations called countries and their different ways of dealing with science, the academic world, knowledge and the world of work. Then, it analyzes the transformations in the world of work, the meaning of the expression and the main transformations that occurred such as productive changes, financial business management to the detriment of production and the results for the worker in terms of social insecurity: insecurity for both students and the sense of education, as well as for the producer of knowledge as a worker. Subsequently, it focuses on the production of knowledge as work and its degradation, as well as the degradation of the student as part of the production of knowledge: as trainee and future producer/worker. In this epistemic horizon, social vulnerability emerges as a process not simply psychological, but part of the dynamics of capital appreciation in the world of neoliberalism and in Brazil especially. Finally, as a conclusion, the article highlights the issue of the production of scientific knowledge resulting from knowledge producers. In other words, it is impossible to specify the production of knowledge without understanding the producers of knowledge and the entire world of work involved (students, teachers, researchers) and the social and economic conditions for such production. This requires understanding the dynamics of investments and capital appreciation in science as well as Brazilian conditions.

**Keywords:** Knowledge Producer; Science and History; Neoliberalism; Brazilian Conditions; Geopolitics of Scientific Neocolonialism.

## 1. Introdução

O mundo do trabalho sofreu enormes e profundas transformações nas últimas décadas e, especialmente, nos últimos anos. No entanto, falar em transformações sem as especificar não constitui problemática. Constitui problemática, portanto, intervenção acadêmica, enervar e dar corpo à exposição dessas transformações. Por outro lado, a mundo acadêmico também sofreu transformações advindas das dinâmicas da reprodução da riqueza, do acúmulo de capital e suas novas formas e gerenciamentos. A grande questão que se coloca, então, substanciando mais a problemática, é o lugar, o *locus* de encontro da academia e o mundo do trabalho.

Ao se colocar como tema deste simpósio a produção de conhecimento dentro da profissionalização da pós-graduação em suas experiências e desafios coloca-se a interface referida entre o mundo do trabalho, suas transformações, a academia e as potencialidades de parcerias tecnocientíficas, bem como as transformações do conhecimento e da forma de o adquirir dentro da academia. Ainda: a questão da pesquisa aplicada e da pesquisa das assim chamadas “ciências duras”. Há, enfim, um emaranhado de temas que não se esgotam e para os quais não existem soluções fáceis e menos ainda mágicas. Para complexificar mais a situação, não podemos esquecer a inexistência de ciência em abstrato: a ciência é feita por pessoas, grupos e suas relações dentro de contextos socioeconômicos, culturais, políticos. No mundo construído pela modernidade e o Estado-Nação, esses contextos socioeconômicos, políticos etc. são confeccionados dentro de territórios empíricos e suas políticas públicas e privadas de investir em ciência, tecnologia, pesquisa e desenvolvimento.

Portanto, a ciência é feita dentro de países diferentes, em processos diversos de desenvolvimento e de subdesenvolvimento, com envolvimento extremamente desiguais em relação ao mundo do trabalho, a academia e suas pesquisas.

Colocar essas questões é mais fundamental do que imaginado. O motivo é relativamente simples. Propalar a questão do desenvolvimento e da pesquisa e seus resultados sem os fundamentar em territórios seria esquecer os dados empíricos de realidades socioeconômicas diversas e fortemente desiguais. Trilhando este caminho entramos no chamado *universal abstrato*: um complexo de questões importantes, porém não tocam a vida social e a realidade econômica, social, política e cultural. Em termos vulgares, bastante “simplista”, o *universal abstrato* seria a “generalização”.

Através deste caminho percebe-se quais os “nós nevrálgicos” o artigo pretende abordar. Assim, ao falar de conhecimento e experiência crítica dentro da educação objetiva-se deslindar as problemáticas expostas nas linhas anteriores. Será feito através de um encadeamento de sessões através das quais pretende-se, em um primeiro momento, abordar o mundo do trabalho e suas transformações. Posteriormente demonstrar os sentidos subjetivos do conhecimento e suas produções envolvidas pelas dinâmicas empresariais e correspondentes no campo social, cultural e ideológico: sofrimentos psíquicos e dificuldades de produzir ciência nos cenários construídos pela dinâmica neoliberal. Dinâmica assentada no *capital improdutivo* (DOWBOR, 2017), não produtor de C&T. Por fim, pretende-se colocar em forma de conclusão as problemáticas ligadas à academia e a produção de conhecimento por meio do monopólio do saber em grandes conglomerados tecnocientíficos, o capital improdutivo e a realidade brasileira.

Permeando cada um desses itens – como anunciado acima – durante todo o percurso proposto, a “ciência e suas fronteiras”. Em outros termos: são condições específicas de cada sociedade e seus limites geográficos como país que delimitam a existência do fazer e produzir conhecimento, ciência e tecnologia. Não se pode esquecer as particularidades desta propositura sobre a ciência, tecnologia e conhecimento, ignorando o fato de estarmos em um país fruto de desenvolvimento tardio, saído do mundo colonial e da acumulação de riquezas daí advinda e como essas características marcam ainda hoje a sociedade e, como tal, a produção de conhecimento.

Dentro desta introdução uma imagem ou um painel de ideias e conceitos devem ter se formado e são as linhas diretrizes deste artigo: experiências e desafios no mundo do trabalho diante de um mundo em transformação e a produção de conhecimento científico como parte do mundo do trabalho, pois produzir ciência, tecnologia, sofisticação de conceitos é uma das formas adquiridas pela mercadoria força de trabalho. Com o realce dado também anteriormente: em determinadas condições socioeconômicas de país.

## 2. Transformações no mundo do trabalho<sup>2</sup> e do trabalhador

---

<sup>2</sup> A expressão mundo do trabalho foi muito difundida pelo professor da Unicamp e estudioso há décadas sobre o trabalho e os destinos do trabalhador Ricardo Antunes. É importante ressaltar a diferença não possível no corpo deste artigo: ao falarmos de mundo do trabalho não se faz referência apenas ao *tempo* estruturado e consumido na produção. A referência é feita a todo complexo estruturado do *tempo vivido* pelo trabalhador, ou seja, situação do mercado de força de trabalho, legislação, condições de trabalho e de descanso, formas pelas quais o trabalhador usa seu tempo de vida ou a dominação que se exerce para além das horas trabalhadas etc. Grosseiramente sintetizando seria uma espécie de “existencialismo do trabalhador” como, de certa forma, tentou fazê-lo o filósofo Jean-Paul Sartre em *O Existencialismo é um Humanismo* (*L'Existentialisme est un Humanisme*) (1970).

Para um breve entendimento do mundo do trabalho atual, suas transformações e seus impactos sobre a situação dos trabalhadores e também dos produtores de conhecimento – e nunca esquecer: produtores de conhecimento também são trabalhadores e sujeitos/sujeitados às mesmas potências e políticas públicas oriundas dos manejos sociais e econômicos do país – precisaremos articular este item em duas partes: na primeira um esboço do significado do mundo do trabalho e, na sequência, as transformações ocorridas nos últimos 50 anos e seus desdobramentos atuais. Adverte-se ser a linha temporal de 50 anos muito longa, meio século, em transformações absurdas e revoluções contundentes na economia, política, sociedade, cultura e geopolítica neste último meio século. No entanto, não se ignora neste trabalho o fato das múltiplas linhas históricas e de transformação/revolução, porém tenta-se explicitar seus pontos nevrálgicos e as multiplicidades de transformações a partir dali. Ademais somente este ponto seria o suficiente para desenvolver muitos – e efetivamente já o foi – artigos, teses e dissertações além de simpósios e outros eventos.

O mundo do trabalho tal como o conhecemos em sua forma mercadoria força de trabalho e seu preço (salário) gesta-se por longo tempo (MARX, 2015; DOBB, 1981). Foi necessário separar o trabalhador de seus instrumentos e meios de produção. Esse processo levou séculos, começando por volta do século XIV e foi progressivamente sendo gestado na Europa e posteriormente por todo o planeta. No capítulo 24 de *O Capital*, o famoso “A assim chamada acumulação primitiva”, Marx descreve todo esse processo e autores como Edward Thompson (1987) o farão posteriormente em outro sentido, mas complementar ao do filósofo alemão. Dada a ênfase descrita na introdução deste artigo, semelhante processo deu-se também com o produtor de conhecimento, porém especialmente a partir do século XIX e de forma cada vez mais brutal hoje: não se produz conhecimento fora de determinados ambientes e instituições. O que pode ser extremamente positivo por um lado na medida em que se criam instituições voltadas à pesquisa, ciência, tecnologia, difusão do conhecimento, grupos de estudo pode ser danoso por outro: o conhecimento concentrado em grandes conglomerados industrial-financeiros, o cientista/produtor de conhecimento submetido a esses processos e, de forma cada vez mais perversa, submetido menos às necessidades sociais e mais ao gerenciamento do lucro, do capital e, neste alvorecer cada vez mais intenso do século XXI, às regras do *capital improdutivo*, ao capital apenas especulativo (DOWBOR, 2017). Não seria nada absurdo e distópico pensar em medicamentos ou processos tecnológicos sociais não desenvolvidos simplesmente por não terem contrapartida financeira, ou seja, contrapartida em termos de especulação e não produção.<sup>3</sup>

Posteriormente, os lineamentos e formas básicas do mundo do trabalho como os conhecemos, a força de trabalho alicerçada no assalariamento e na sua total dependência dos meios de produção concentrados e centralizados por outro, pelo detentor do capital e dos instrumentos de produção vai se desenvolver na revolução industrial inglesa (MANTOUX, 1962; SALAMONE

---

<sup>3</sup> Exemplo disso são as tecnologias agrícolas podendo garantir alimentação para todo o planeta com as terras disponíveis. No entanto, dada a ênfase na produção de ração animal e *commodities* há mais de 1 bilhão de seres humanos famintos segundo dados da FAO. Trata-se de exemplo, novamente, da contradição entre tecnologias e desenvolvimento de caráter social e tecnologias como investimentos para retornos financeiros de curto prazo nos ritmos dos ativos especulativos de alta volatilidade.

1980). Evidentemente muitas camadas, estratos históricos e situações sociais se modificaram sobre essas linhas gerais. Cabe ressaltar, tal como referido anteriormente ao abordar o lapso temporal de 50 anos: são linhas de força e traços gerais sobre a qual se compõe e configuram novas características e aspectos mantendo intactos algumas linhas nevrálgicas. Algumas essencialidades são mantidas nas múltiplas transformações e revoluções dos aspectos e aparências do mundo do trabalho.<sup>4</sup>

Durante o século XIX, ao menos em seu inícios, a força de trabalho e seu portador – o trabalhador – encontravam as situações mais violentas possíveis como as camas que nunca esfriavam (MARX, 2015). Ao final do século XIX com o surgimento de partidos trabalhistas e especialmente após a II Grande Guerra – ao menos nos países centrais, mas bem diferente nas periferias das ex-colônias como o Brasil e sua inserção no mundo do desenvolvimento capitalista e industrial<sup>5</sup> – a situação dos trabalhadores sofre transformações profundas (GALBRAITH, 1974; 1985). Nos anos após a II Guerra os trabalhadores dos países centrais viverão o *welfare state* ou estado de bem-estar social: ganhos econômicos, políticos e sociais em uma espécie de “pacto social” de Estado, sindicatos e trabalhadores juntamente com as empresas.

O geógrafo e profundo estudioso da acumulação de riquezas (capital), seus deslocamentos pelos espaços, desterritorialização industrial, condições e configurações culturais da atualidade, David Harvey, explicita muito bem ao longo de sua obra os grandes problemas do mundo do trabalho atual (2005; 2008; 2011; 2013; 2018). De relevância especial encontra-se seu livro *A Condição Pós-Moderna* (2013) no qual descreve as transformações paradigmáticas do regime de acumulação do capital fordista para o pós-fordista. Os impactos sobre o mundo do trabalho destas transformações começam a operar na década de 1960 e avançam cada vez mais profundamente nas décadas seguintes atingindo patamares contemporâneos extremamente perigosos em todos os sentidos: social, econômico, cultural, psicológico, político, ambiental entre os principais.

A partir dos referidos anos 1960 transformações substanciais, profundas, nevrálgicas – é a metáfora utilizada neste artigo como ponto de inflexão e forma de “dor social” – nos países centrais acontecem: o futuro deles e do resto do mundo não mais seria o mesmo. Temos, por um lado, as revoluções da microeletrônica, robótica e informática transformando completamente as formas de produzir, gerenciar e controlar a produção e o espaço de trabalho (BACHI, 2008). Por outro lado, o crescimento econômico exponencial do pós-guerra começa a apresentar sinais de estagnação e declínio. Tal cenário iria se espalhar pelo mundo e levaria ao colapso do sistema de Bretton Woods que garantiu após 1945 a estabilidade financeira necessária a um mundo sem crises econômicas e de franco crescimento (MOFFITT, 1985). Dentro destes dois cenários – tecnocientífico e econômico-financeiro – surgem as formas do chamado pós-fordismo ou a *acumulação flexível* nas palavras de Harvey (2013).

---

<sup>4</sup> Assinalar-se-á apenas como interesse, integridade e honestidade intelectual: a diferenciação entre aparência e essência – persistente em muitas estruturas de pensamento como fio condutor epistêmico – não se sustenta diante do quadro da filosofia do século XX após os movimentos e escolas filosóficas como da fenomenologia e mesmo do estruturalismo como fenômeno mais que filosófico. Tal desenvolvimento do século XX dentro da filosofia, metodologia e outros campos da episteme continuam importantes hoje. Neste artigo não terá, como agora, importância, mas cabia ressaltar dado o caráter acadêmico do artigo.

<sup>5</sup> Trata-se neste ponto da questão já referida na introdução argumentativa deste artigo: não falamos de produção de conhecimento científico em abstrato: falamos de produção de conhecimento científico em dado momento histórico, dada sociedade e suas formas de poder, Estado, elites do poder etc.

Neste quadro de capitalismo flexível ou pós-fordismo encontramos hoje: flexibilidade produtiva das unidades industriais, unidades produtivas enxutas, multifuncionalidade do trabalhador como forma de extrair dele mais de suas capacidades intelectuais e físicas, gestão das grandes corporações intensificada sobre ativos financeiros e as diretorias e seus resultados assentados mais sobre a especulação do que produção (DOWBOR, 2017). Este novo quadro histórico pôs fim aos idílicos cenários da teoria econômica nos quais a oferta geraria sua demanda e sempre estaríamos em pleno emprego: “ingenuidade” econômica desmentida há quase um século por Keynes (1982) e produtor de uma forte ideologia solapadora de direitos do trabalhador pelo mundo, o neoliberalismo (HARVEY, 2008). Diante dessas linhas historicamente desenhadas e economicamente marcadas na forma de um *mundo existencial do trabalho* e suas mazelas, inseguranças, medo, desesperanças e desalentos firma-se cada vez mais na atualidade a necessidade de pensar em novos paradigmas sobre economia, empregabilidade, geração de renda e políticas públicas, pois experienciamos o fim dos empregos (RIFKIN, 1995) dentro do mundo do capital financeiro, da financeirização do capital (CHENAIS, 1996) e não mais da produção e sociabilidade de alguma riqueza.

### **3. Subjetividade, desesperança e vulnerabilidade social**

Todas as transformações operadas no mundo do trabalho como tentáculos daquelas ocorridas no mundo da produção, das finanças, dos gerenciamentos e da geopolítica industrial referidas no item imediatamente anterior apontam para um quadro inquietante, perigoso e, do ponto de vista do trabalhador, do estudante e do produtor de conhecimento altamente desalentador e de vulnerabilidade social. Desenha-se um mundo do trabalho advindos das últimas décadas e intensificados cada vez mais no século XXI imensamente desfavorável à sociabilização da riqueza, ao desenvolvimento social e cultural, às garantias de emprego e geração de renda.

A acumulação flexível descrita por David Harvey (2013) e a gestão política de suas decisões – o neoliberalismo – encontram sua contraparte psíquica (SAFATLE et al., 2021). Após a crise financeira com centro detonador no setor imobiliário dos Estados Unidos e até agora nunca superada, parecia colocar em xeque as formas econômicas, sociais e políticas do neoliberalismo. Mais ainda suas formas culturais e educacionais como o “empresariamento” da escola (LAVAL, 2004). Isso não aconteceu: ao contrário. As medidas neoliberais de desregulamentação do trabalho e de subordinação da produção científica em torno de alguns grandes centros subordinando outros espaços a produtores secundários, foi mais intensamente reforçado. O espaço brasileiro é exemplar neste ponto e será visto no final deste artigo.

Psiquicamente, então, existem forças de estruturação do indivíduo para além de suas vontades, potencialidades e forças. Neste ponto opera o neoliberalismo como gestor do sofrimento psíquico, de vulnerabilidade social e produtor de novas patologias sociais (SAFATLE et al., 2018). Por este motivo pode-se dizer:

(...) o sofrimento psíquico é não apenas produzido, mas também gerido pelo neoliberalismo. Por isso, cabe compreender o neoliberalismo como

uma forma de vida nos campos do trabalho, da linguagem e do desejo. Como tal ele compreende uma gramática de reconhecimento e uma política de sofrimento. Enquanto liberais clássicos, descendentes de Jeremy Bentham e Stuart Mill, consideravam que o sofrimento, seja do trabalhador, seja do cidadão, era um problema que atrapalhava a produção e criava obstáculos para o desenvolvimento e para o cálculo da felicidade, como máximo de prazer com mínimo de desprazer, a forma de vida neoliberal descobriu que se pode extrair mais produção e mais gozo do próprio sofrimento (SAFATLE et al., 2021, p. 10).

Este quadro nos revela os problemas e vulnerabilidades psíquicas advindas do campo do mundo do trabalho e de toda a vida. Já referimos (em nota de rodapé) ser a expressão mundo do trabalho uma espécie de “superávit” da vida humana: o trabalho como forma de produção em todas as situações de vida. Justamente neste ponto surgem dúvidas sobre a educação, as experiências educacionais e experiências na interface da produção do conhecimento e mundo empresarial: há efetivamente um desenvolvimento social e intelectual, cultural e motivador de economias do bem-estar ou, então, apenas um quadro de explorações psíquicas de nova ordem?

Àqueles conhecedores dos campos e vetores de força teóricas da economia, da educação, das ciências da sociedade, histórica, psicologia e psicanálise é fácil perceber o indagado neste ponto: as formas, linhas e configurações sociais não mais buscam apenas o enquadramento social, ideológico e simbólico de estudantes e produtores de conhecimento, mas também sua submissão a determinadas comportamentos e vidas sociais. O psicanalista Christian Dunker (2011) nos adverte sobre isso em seu artigo sobre as *Lebenforms*, as forma de vida construídas e controladas hoje pelo grande mundo da produção. Um rescaldo disso é feito pelas formas do imaginário construídas por poderosas empresas de construção de afetos e emoções dentro do mundo digital: as plataformas digitais e redes sociais como novos campos de gravitação de uma vida imaginária inexistente (BUCCI, 2021).

No intuito de estimular o desenvolvimento da pesquisa e construir tanto discentes como produtores de conhecimento – duas faces não simétricas, mas próximas da mesma interface ou moeda – e buscar a aproximação da academia com empresários em colaboração científica pode-se estar esquecendo – por isso é tese deste artigo e deste pesquisador: levantar problemáticas para o debate – o fato dessas colaborações serem assimétricas em vários sentidos:

- A acumulação de capital dos empresários capazes de investimentos tecnocientíficos, ser sobremaneira muito mais forte e subordinante de discentes e pesquisadores, ou seja, produção concentrada e subordinada de conhecimento; os espaços, tempos e ritmos de produção serem totalmente inviáveis para aquele da produção científica e mesmo a formação do discente;
- O ritmo exigido pela empresa é muito mais intenso e maior do que a capacidade de produção de conhecimento científico. Não se pode dar o direito à ingenuidade: empresa é capital e ela respeita a lei geral de valorização média de capital de seus setores e ramos e, na acumulação flexível (HARVEY, 2013), o ritmo desse capital está subordinado ao capital financeiro e especulativo com operações de ativos financeiros em milissegundos. Há, portanto, duas dinâmicas: a

dinâmica dos produtores do conhecimento (discentes, docentes e pesquisadores) e a dinâmica do capital cada vez mais acelerado;

- Por fim e anunciando o último item deste artigo referido na introdução: dentro de um país configurado e desenvolvido através do capital saído do berço colonial, a acumulação de capital e a pesquisa científica sempre foram subordinadas, periféricas em relação aos grandes centros hegemônicos. Novamente, não nos cabe o direito à ingenuidade: é um processo histórico de *longue durée* da historiografia francesa (Fernand Braudel) e visto na longa duração deste país ilustra as dependências históricas dos grupos empresariais e suas incapacidades de esperar a maturação científica.

Para concluir este item do artigo cabe dizer e referir algo muito particular e especial. As dinâmicas do capital, do mercado de força de trabalho para produtores de conhecimento, docentes e discentes (futuros trabalhadores e pesquisadores, produtores de ciência, desenvolvimento e pesquisa) e a dinâmica da relação social conhecida como ensino-aprendizagem<sup>6</sup> são descompassadas como ilustramos na lista acima. Independentemente do descompasso, ou seja, desconsiderando as questões socioeconômicas há para forças sociais e simbólicas a atravessar estudantes, professores e, por fim, os produtores de conhecimento. São todos dotados de uma pisque e subordinados aos já citados gerenciamentos psíquicos do neoliberalismo (SAFATLE et al., 2021): são forças sociais atravessadoras da estruturação socioeconômica e psíquica adversas à sua vontade. O *reconhecimento social* é base dos desejos e da situação dos trabalhadores e, como tal, dos produtores de conhecimento (HONNETH, 2003; SAFATLE, 2015). Por isso, torna-se fundamental entender as estruturas e vulnerabilidades sociais e psíquicas e não a responsabilização individual de alunos, professores e pesquisadores na produção de conhecimento (APPEL-SILVA; BIEHL, 2006; KREIN; COLOMBI, 2019; MALVEZZI, 1999; PEREIRA, 2006).

#### 4. Conclusão e crítica socioeconômica: delimitando problemáticas

Bastante interessante falar de produção do conhecimento e com isso incorrer no já referido neste artigo na introdução: o *universal abstrato*. Ora, para que exista produção do conhecimento é essencial produtores de conhecimento. Ao longo de todo este artigo buscou-se isso: o conhecimento visto, percebido, entendido e referenciado pelos seus produtores. São discentes, docentes, pesquisadores, futuros pesquisadores. Não se tem o produto “conhecimento” sem seus produtores e isso ocorre em qualquer formação social: um produto é resultado de um ou muitos produtores associados. Agora e na forma de conclusão retoma-se este ponto desenvolvido anteriormente – conhecimento como resultado de seus produtores – dentro das condições sociais, econômicas e das políticas públicas brasileiras. Procurar-se-á brevidade e alguns traços gerais para trazer o debate para o *concreto* e não o deixar no *universal abstrato*.

---

<sup>6</sup> Cabe insistir algo, talvez óbvio, mas nem sempre explicitado: ensinar e aprender é uma relação social estabelecida de em múltiplos espaços e tempos sociais: a sala de aula, o laboratório, a biblioteca, as horas de orientação etc. Esta relação-social possui seus ritmos e rito próprios e totalmente deslocados daqueles do mercado de força de trabalho e menos ainda dos ritmos de valorização do capital.



A formação histórica e o desenvolvimento industrial brasileiro se deram de maneira muito lenta e em torno de enormes debates, ou seja, produção de ideias, intelectuais orgânicos e construção de campos ideológicos dentro e fora das injunções políticas (LUZ, 1961). Ideias circulantes nas ruas e na imprensa adentravam o parlamento e ao mesmo tempo eram pensadas e compartilhadas em luta com produtores de riqueza e suas influências dentro do mesmo parlamento. É o que se conhece com o termo de “porta giratória”: atores políticos e econômicos mais os jornalistas enlaçam-se produzindo ideias e, conseqüentemente, resultados práticos das ações do Estado e das ideias propaladas e configuradas por vastos setores da sociedade (ideologia). No entanto, os atores econômicos não são homogêneos: nas condições brasileiras dos inícios da industrialização e sua luta (LUZ, 1961) industriais e agricultores de café disputavam espaços de poder. Mais: definir como seria o trabalho. Afinal, para a indústria era necessário o trabalho assalariado (força de trabalho) enquanto grande parte dos agricultores, escravocratas.

Isto é relevante nos dias atuais? Sim, e mais ainda do que nunca. Assistimos a emergência econômica destrutiva da agropecuária – impróprio falar de agronegócio, pois os grandes produtores exportam produtos brutos com baixíssima agregação de valor – juntamente com a desindustrialização. No entanto, soma-se a isso a questão do capital improdutivo (DOWBOR, 2017) e sua valorização unicamente por meio dos ritmos financeiros e pouco afeito a pesquisas mais longas. Para grande parte do empresariado de porte, pouco interessa investir em pesquisa: tal como a terceirização, mais vale comprar sem riscos produtos de C&T prontos. Não à toa o enorme papel da universidade pública e altamente necessária no país: cabem políticas de incentivo mais substanciais de C&T. Afirmou-se aqui que seriam linha gerais, mas todo esse cenário configura um neocolonialismo (BICUDO, 2021)

Os traçados dessa linhas gerais já são suficientes para trazer o abstrato da *produção de conhecimento* para a realidade concreta, empírica, financeira e econômica do *produtor de conhecimento*. Onde ele se insere nestes aspectos históricos desenhados de neocolonialismo? Como um produtor de conhecimento subordinado e de “segunda classe”. Por isso a dificuldade de parcerias substanciais e vultosas de investimento entre atores ou comunidade empresarial no Brasil e a pesquisa. Ganha corpo assim as situações anteriormente descritas sobre a vulnerabilidade e certo desalento entre pesquisadores, docentes, discentes e os rumos que tomarão suas pesquisas e a produção do seu conhecimento.

## Referências bibliográficas

APPEL-SILVA, Marli; BIEHL, Kátia. Trabalho na pós-modernidade: crenças e concepções. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, Fortaleza, V. VI, n. 1, p. 518-534, mar. 2006.

BACHI, Sergio. *La crisis final del capitalismo: el hombre y la máquina*. Santiago do Chile: Ernesto Carmona Editor, 2008.

BICUDO, Elisa Marconi e Francisco. Pandemia e retorno neocolonial: entrevista com Marcio Pochmann. *Revista Giz*. Disponível em: <<https://revistagiz.sinprosp.org.br/?p=7799>> Acesso em: 12 set. 2021.

BUCCI, Eugênio. *A superindústria do imaginário: como o capital transformou o olhar em trabalho e se apropriou de tudo que é visível*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

CHENAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. 8 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

DOWBOR, Ladislau. *A era do capital improdutivo*. São Paulo: Outras Palavras & Autonomia Literária, 2017.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. Mal-estar, sofrimento e sintoma: releitura da diagnóstica lacaniana a partir do perspectivismo animista. *Tempo Social: revista de sociologia da USP*, v. 23, n. 1, pp. 115-136, jun. 2011.

GALBRAITH, John Kenneth. *A sociedade afluyente*. São Paulo: Editora Expressão e Cultura, 1974.

\_\_\_\_\_ *O novo estado industrial*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

\_\_\_\_\_ *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.

\_\_\_\_\_ *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_ *A condição pós-moderna*. 24 ed. São Paulo: Loyola, 2013.

\_\_\_\_\_ *A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2018.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2003.

KEYNES, John Maynard. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Atlas, 1982.

KREIN, José Dari; COLOMBI, Ana Paula Fregnani. A reforma trabalhista em foco: desconstrução da proteção social em tempos de neoliberalismo autoritário. *Educação e Sociedade*, Campinas, v.40, e0223441, p. 1-18, 2019.

LAVAL, Christian. *A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*. Londrina: Planta, 2004.

LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1961.

MALVEZZI, Sigmar. Empregabilidade e carreira. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 1999, 2 (1), 55-72.

- MANTOUX, Paul. *La revolución industrial em el siglo XVIII*. Madri: Aguilar, 1962.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2015.
- MOFFITT, Michael. *O dinheiro do mundo: de Bretton Woods à beira da insolvência*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- PEREIRA, Maria Cecília. Desemprego e subjetividade no contexto brasileiro: uma análise interpretativa sob a ótica dos excluídos do mercado de trabalho industrial. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, Fortaleza, V. VI, n. 1, p. 143-181, mar. 2006.
- RIFKIN, Jeremy. *O fim dos empregos*. São Paulo: Makron Books, 1995.
- SAFATLE, Vladimir. *O circuito dos afetos: corpos políticos, o desamparo e o fim do indivíduo*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.
- SAFATLE, Vladimir et al. *Patologias do social: arqueologias do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
- \_\_\_\_\_. *Neoliberalismo: como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- SALAMONE, Nino. *Causas sociais da revolução industrial*. Lisboa: Editorial Presença, 1980.
- SARTRE, Jean-Paul. *L'existentialisme est un humanisme*. Paris: Les Éditions Nagel, 1970.
- THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operaria inglesa: a maldição de Adão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\* \* \*